

A CEPAL ORIGINÁRIA: ENTRE AS “AMARRAS” DOS ESTADOS UNIDOS E AS CRÍTICAS À SUA TEORIZAÇÃO

Vanessa Follmann Jurgenfeld¹

Resumo: O artigo procura realizar uma síntese de uma parte do debate político e econômico em torno da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) originária. Ele parte da análise de algumas atas de reuniões e cartas do ano de sua criação (1948), que indicam algumas “amarras” sob as quais a (CEPAL) foi criada. A fim de entender como a Comissão conseguiu se libertar de algumas das linhas estratégicas que lhe estavam traçadas, discute as principais contribuições teóricas que justamente distanciaram a Comissão do *mainstream economics*, linha teórica predominante em outras instituições multilaterais igualmente criadas no pós-guerra. Em seguida, é debatido por que, mesmo assim, a Comissão foi acusada de se circunscrever à teoria neoclássica nas críticas que recebeu de Octavio Rodríguez, economista da própria CEPAL, além de resgatar a resposta dada a ele, numa espécie de tréplica, feita por Raúl Prebisch, secretário-executivo da CEPAL.

Palavras-chave: CEPAL. América Latina. Subdesenvolvimento. Estados Unidos. Teoria Econômica.

THE ORIGINAL ECLAC: BETWEEN THE “CHAINS” OF THE UNITED STATES AND THE CRITICS OF ITS THEORIZATION

Abstract: The article seeks to summarize part of the political and economic debate surrounding the original Economic Commission for Latin America (ECLAC). It starts from the analysis of some minutes of meetings and letters from the year of its creation (1948), which indicate some “constraints” under which (ECLAC) was created. In order to understand how the Commission managed to free itself from some of the strategic lines that were outlined for it, it discusses the main theoretical contributions that precisely distanced the Commission from mainstream economics, a predominant theoretical line in other multilateral institutions also created in the post-war period. Next, it is discussed why, even so, the Commission was accused of limiting itself to neoclassical theory in the criticism it received from Octavio Rodríguez, an economist at ECLAC itself, in addition to rescuing the response given to him, in a kind of rejoinder, made by Raúl Prebisch, executive secretary of ECLAC.

Keywords: ECLAC. Latin America. Underdevelopment. United States. Economic Theory.

LA CEPAL ORIGINARIA: ENTRE LAS “CADENAS” DE ESTADOS UNIDOS Y LAS CRÍTICAS A SU TEORIZACIÓN

Resumen: El artículo busca resumir parte del debate político y económico en torno a la Comisión Económica para América Latina (CEPAL). Se parte del análisis de algunas actas de reuniones y cartas del año de su creación (1948), que señalan algunas “limitaciones” bajo las cuales (CEPAL) fue creada. Para comprender cómo la Comisión logró liberarse de algunas de las líneas estratégicas que le fueron trazadas,

¹ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Departamento de Ciências Econômicas, Teófilo Otoni-MG, Brasil, vfollmann@hotmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-0378-9695>.

se analizan los principales aportes teóricos que precisamente alejaron a la Comisión del *mainstream economics*, línea teórica predominante en otras instituciones multilaterales también creadas en el período de posguerra. A continuación, se discute por qué, aun así, se acusó a la Comisión de limitarse a la teoría neoclásica en las críticas que recibió de Octavio Rodríguez, economista de la propia CEPAL, además de rescatar la respuesta que le dio, en una suerte de réplica, elaborada por Raúl Prebisch, secretario ejecutivo de la CEPAL.

Palabras clave: CEPAL. América Latina. Underdesarrollo. Estados Unidos. Teoría económica.

Introdução

A criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1948, a partir da Organização das Nações Unidas (ONU), guardou relação com a reorganização do capitalismo global sob a tutela norte-americana no pós-Segunda Guerra Mundial. Algumas atas de reuniões do ano de criação da CEPAL e cartas são documentos reveladores dos interesses do imperialismo norte-americano em torno da Comissão, que, poucos anos depois de sua criação, tentou, inclusive, sem sucesso, fechá-la, uma vez que suas ideias começavam a fazer adeptos e a incomodar os seus interesses. O resgate dessas fontes permite também debater a importância de uma interpretação crítica do capitalismo do pós-guerra, que foi realizada mesmo em uma instituição criada no seio do imperialismo norte-americano.

A CEPAL originária tentou libertar-se das “amarras” que lhe foram colocadas no seu nascedouro. Sua teorização sobre a periferia latino-americana trouxe uma leitura que se contrapôs à visão da ortodoxia econômica (*mainstream economics*) e de suas propostas para região. A ortodoxia econômica era predominante em outras instituições multilaterais criadas também no pós-guerra, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização dos Estados Americanos (OEA), com as quais se esperava que a CEPAL fosse estabelecer parcerias.

Entretanto, apesar dos avanços da teorização cepalina, sobretudo pela sua importante interpretação sobre o subdesenvolvimento latino-americano, abarcando a relação centro-periferia e uma proposta de superação do subdesenvolvimento a partir da industrialização da América Latina sob uma importante coordenação do Estado, ela mesmo assim sofreu com as críticas de economistas até então também críticos ao

mainstream economics, os chamados heterodoxos, que a aproximaram da teoria neoclássica. Tentou-se, assim, ofuscar a sua ousadia política e teórica.

Um desses autores críticos mais relevantes fazia parte da própria CEPAL - o economista uruguaio Octavio Rodríguez² -, que em 1981 publicou o livro “Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL”, no qual fez uma síntese do pensamento da instituição e realizou, ao mesmo tempo, uma crítica contundente à CEPAL.

A Comissão que, em tese, foi criada para trabalhar tanto ao lado do FMI, do Banco Mundial quanto da OEA, acompanhando a interpretação teórica predominante nessas instituições, fugiu do roteiro pré-estabelecido, o que se deveu, especialmente, ao papel do economista argentino Raúl Prebisch à frente da instituição e a economistas que fizeram parte de sua equipe, como Celso Furtado. Além de realizar importantes contribuições teóricas para o que ficou conhecido como o estruturalismo latino-americano, Prebisch foi, inclusive, um crítico das críticas que a CEPAL recebeu, respondendo as alegações de Rodríguez em um elegante prefácio no próprio livro de Rodríguez.

Para dar conta de contribuir com uma síntese de parte do debate político e econômico em torno da CEPAL originária, o artigo está dividido da seguinte forma: na primeira seção, é discutida a concepção da ONU para a CEPAL, expondo propostas que estavam colocadas no ano de sua criação para que ela seguisse. Na segunda parte, são resgatados os pontos mais importantes das contribuições teóricas da CEPAL originária e que representaram uma contraposição ao pensamento da ortodoxia econômica, e, posteriormente, são recuperadas algumas críticas que ela recebeu de Rodríguez, e, então, como Prebisch as respondeu.

A CEPAL e as tentativas de “amarras” dos EUA

A CEPAL surgiu como parte do discurso oficial da ONU de contribuir com a cooperação social e econômica internacional naquele momento histórico de fragilidade de boa parte do mundo após a Segunda Guerra Mundial. Na origem da ONU, em 1945, os países membros já haviam definido como um dos seus propósitos criar “condições de estabilidade” em todos os países, de modo que a organização deveria promover “altos padrões de vida”, pleno emprego e condições econômicas e sociais para o progresso e o desenvolvimento mundial. Ficou estabelecido que ela

² Rodríguez não foi o único crítico da CEPAL, mas este artigo restringe-se às críticas realizadas por ele. Entre outros críticos da CEPAL podem ser mencionados Mello ([1982] 2009) e Oliveira ([1972] 2013).

teria entre seus vários órgãos o Conselho Econômico e Social, cujas atribuições envolveriam realizar relatórios internacionais sobre economia, debater questões sociais, culturais, educacionais e de saúde, remetendo tais problemas e recomendações de soluções à Assembleia Geral da ONU (SCHLESINGER, 2004).

Sediada na capital chilena, a CEPAL sucedeu outras comissões regionais, como a Comissão para a Europa e a Comissão para a Ásia e Extremo Oriente. O Chile foi o autor da proposta de sua criação e se empenhou na sua aprovação (FURTADO, 1985). Todas essas Comissões eram vinculadas ao Conselho Econômico e Social da ONU.

A CEPAL nasceu sob muitos desafios. Um deles ficou evidente logo de cara com a dificuldade de a ONU encontrar um nome para estar no seu comando.

As informações que corriam de que teria vida curta ou a mera circunstância de que não eram muitos os economistas latino-americanos disponíveis, de competência reconhecida, conspiraram para que o cargo permanecesse vago durante os meses decisivos de sua instalação (FURTADO, 1985, p. 53).

Além disso,

Dizia-se que o então já conhecido economista argentino Raúl Prebisch fora consultado mas não mostrara interesse. O mesmo comportamento tivera Victor Urquidi, economista mexicano que apenas passava dos trinta anos e fora o jovem delegado à conferência de Bretton Woods. Finalmente surgira Gustavo Martínez Cabañas, de cujas atividades como economista pouco se sabia. Corria a opinião de que teria aceito o cargo com vistas a promover-se na hierarquia político-burocrática do México (FURTADO, 1985, p. 53).

Entre 1948 e 1949, a CEPAL teve como principal diretor o economista mexicano Gustavo Martínez Cabañas. Em seguida, em 1950, passou a ser comandada por Prebisch, que anteriormente atuara como consultor convidado para realizar um estudo sobre a situação econômica da América Latina, em 1949³, sendo este o mais famoso trabalho da Comissão. Prebisch ocupou o cargo de secretário-executivo da CEPAL até 1963. Depois, assumiu como secretário-geral da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD).

³ Ver: Prebisch ([1949] 2000).

A CEPAL surgiu praticamente um ano depois de ter sido colocado em operação o Plano Marshall para a reconstrução da Europa, e em meio a uma demanda dos países latino-americanos por um plano de ajuda parecido para a região. A criação de um “Plano Marshall para a América Latina” ganhava voz, sobretudo, a partir de Roberto Simonsen, então nos anos 1940 presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que defendia essa ajuda como reconhecimento pelo esforço de guerra do Brasil. Ele argumentava que, assim como na Europa, havia o perigo de inquietações sociais na América Latina, que poderiam conduzi-la ao socialismo. Segundo ele, seria, portanto, imprescindível que os Estados Unidos promovessem à essa região uma política similar a que concederam à Europa (RODRIGUES, 2005).

Os EUA até enviaram a missão Abbink (cujo nome se refere ao presidente da missão, John Abbink), que, como pontuou Furtado (1985), foi uma enganação sobre a possível ajuda norte-americana ao país. “A opinião pública estava sendo mistificada, ao ser levada a crer que havia da parte do Governo dos Estados Unidos uma efetiva preocupação em ajudar o Brasil com recursos financeiros” (FURTADO, 1985, p.44).

Outro fato importante é que a CEPAL também foi criada pouco tempo depois de ter sido estabelecido o Ponto IV pelo presidente norte-americano Harry Truman. Em seu discurso de posse, Truman criou um quarto ponto a três objetivos que já havia elencado para seu governo: i) os Estados Unidos continuariam a ser a força por trás da ONU; ii) os Estados Unidos manteriam os esforços do Plano Marshall⁴ para reconstrução da Europa; e iii) os Estados Unidos criariam uma organização para defesa do capitalismo, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). O quarto ponto passou a ser uma assistência a vários países pobres. O termo subdesenvolvimento, inclusive, surgiu pela primeira vez no documento que foi denominado Ponto IV e serviu para definir como subdesenvolvidos países com PIB per capita baixo. Subdesenvolvimento foi usado como substituição ao termo “economias atrasadas”, sem qualquer qualificação para além disso (RIST, 2008).

A direção que estava prevista para os trabalhos da CEPAL era parecida a alguns aspectos do Ponto IV. Nos documentos das primeiras reuniões em torno da

⁴ Sobre Plano Marshall, recomenda-se Wachtel (1988) e Block (1980).

CEPAL, no início de 1948, ficavam evidentes que estariam entre as suas principais atribuições atuar na provisão de assistência técnica e treinamento aos países latino-americanos. Recomendava-se que ela verificasse a experiência de outros órgãos da ONU e estudasse a possibilidade de adaptação dos processos já utilizados para a assistência técnica e o treinamento na América Latina. Era relatado que havia pessoal da ONU e de agências especializadas disponíveis para realizar esse tipo de trabalho. Entre as agências especializadas estava, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI)⁵.

Nas sugestões de treinamento, havia a proposição de que a CEPAL impulsionasse a “*education overseas*”, isto é, realizasse a oferta de estudos no exterior em instituições públicas e privadas para membros dos países latino-americanos, que poderiam ser financiadas pela própria ONU e pelas tais agências especializadas. Neste sentido, estava colocada supostamente a necessidade de desenvolvimento do “capital humano”, entendido como pouco qualificado localmente, e como um dos obstáculos para a superação do atraso. Havia o entendimento de que a educação fora do país era de melhor qualidade.

Nesses documentos oficiais, as funções da CEPAL envolviam ainda iniciar e participar de medidas de facilitação de ações para resolver os problemas mais urgentes provenientes do período da Segunda Guerra Mundial, a fim de ampliar a atividade econômica na região; fortalecer as relações entre os próprios países latino-americanos; e entre estes e outros países do mundo. Ela deveria realizar também estudos sobre problemas econômicos e tecnológicos e disseminar informações estatísticas⁶.

A ONU via com preocupação a falta de informações estatísticas dos países latino-americanos e defendia que estas também fossem comparáveis e confiáveis. Pela ausência dessas informações, a sugestão era que a CEPAL realizasse pesquisa para a criação de uma espécie de banco de dados que mostrasse as principais consequências da Segunda Guerra Mundial na região⁷.

O FMI chegou a destacar, em carta à nascente CEPAL, em tom sugestivo, que ele mesmo dava atenção especial à padronização de estatísticas, tanto que desde o

⁵ Ver: CEPAL. *The provision of expert assistance and technical training as a function of the Economic Commission for Latin America – Notes by the Secretariat on the item 6 of provisional agenda*, de 28/04/1948. Disponível em <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/14161>. Acesso em 10 de março de 2022.

⁶ Ver: CEPAL. *First session, provisional agenda*. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/14156>, de 7-06-1948. Acesso em 31 de março de 2022.

⁷ Ver: CEPAL. *Proposiciones sobre la necesidad de un informe y de un estudio económico*. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/14160>, de 28-04-1948. Acesso em 31 de março de 2022.

início de 1948 publicava mensalmente o *International Financial Statistic*, um relatório que continha informações de 57 países, incluindo alguns da América Latina. E explicitava que tinha interesse em dados padronizados, sobretudo do balanço de pagamentos desses países⁸.

Certamente, entre os motivos do FMI para se preocupar com este tipo de informação estavam seus planos de estabilização para a região, que seriam colocados em prática anos depois. Os planos de estabilização do FMI baseavam-se justamente nos dados de balanço de pagamentos, que, para o FMI, indicariam a “fragilidade” ou não das contas nacionais. Por meio desta informação, o Fundo poderia conceder a um país empréstimo e, em contrapartida, exigir medidas de ajustes para “estabilização” da sua economia.

Oficialmente, a ONU estabelecia ainda que a CEPAL trabalhasse em cima dos seguintes temas: indústria extrativa, produção de energia, construção, transporte, comunicações e comércio internacional. Era preciso dar “uma importante atenção” para a questão do abastecimento alimentar e da situação da agricultura, com ênfase nos obstáculos para este crescimento. Embora não se revelasse explicitamente os principais interesses por trás dessas atribuições especificamente⁹, deixava-se implícita uma grande preocupação da ONU, que dizia respeito ao abastecimento de alimentos dos países do centro do sistema capitalista, uma vez que a América Latina tinha (e deveria continuar a ter, de acordo com o ponto de vista da ONU) relevante papel no fornecimento mundial de produtos primários¹⁰.

Em discurso na ocasião de criação da CEPAL, David Owen¹¹, então secretário assistente da ONU, chegou a enaltecer o fato de que os estudos da Comissão ajudariam a América Latina a aumentar sua produção de alimentos e de bens de consumo. Ao citar tais setores, ele demonstrava qual seria o papel da América Latina

⁸ Ver: CEPAL. *Statement to the Economic Commission for Latin America on the work of International Monetary Fund in Latin American countries*. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/14170>, de 4-06-1948. Acesso em 31 de março de 2022.

⁹ Ver: CEPAL. *Proposiciones sobre la necesidad de un informe y de un estudio económico*. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/14160>, de 28-04-1948. Acesso em 31 de março de 2022.

¹⁰ Deve-se destacar que logo após a Segunda Guerra Mundial foi estabelecida a chamada “Revolução Verde”, uma proposta que envolvia direcionamento de fundações norte-americanas, como Fundação Ford, e voltada para países atrasados, e inclusive os latino-americanos, para a realização de mudanças no campo, no sentido de uma modernização. Tratava-se de aumento de produtividade com o uso de maquinários, agrotóxicos trazidos do exterior e inovações também provenientes do exterior na área de desenvolvimento de sementes, o que posteriormente viria a ampliar a área de cultivo de soja no Brasil, por exemplo. Tratava-se de um modelo direcionado a transformar o campo em países atrasados sem que fosse realizada a Reforma Agrária, evitando-se tocar no cerne da questão agrária.

¹¹ Ver: OWEN, D. *Speech delivered by David Owen, assistant secretary general of the United Nations at opening session of Economic Commission for Latin America, 7-06-1948*. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/14172>. Acesso em 10 de março de 2022.

na divisão internacional do trabalho na visão do imperialismo norte-americano: prover matéria-prima/bens primários para o mundo e, no máximo, realizar uma industrialização do setor de bens de consumo¹². Nota-se que o principal setor responsável pelo dinamismo industrial, ou seja, o setor de bens de capital, não era mencionado.

O discurso de Owen significaria a esses países serem sempre dependentes da demanda dos países industrializados por matérias-primas e certamente dependentes da importação de bens de capital e tecnologia para o crescimento da sua indústria, o que levaria a uma dependência financeira e cultural¹³.

Vale ressaltar que, ao ser dependente da importação de bens de capital das nações industrializadas, o país subdesenvolvido também estará sujeito aos preços que estas determinarem para esses produtos tão essenciais ao processo produtivo. O país produtor de matérias-primas pagará também esses bens na moeda dos países fornecedores e se endividará progressivamente.

Entre outros aspectos que Owen considerava ser a área de atuação das pesquisas da CEPAL, neste mesmo discurso, elencou: inflação, perda do mercado europeu, a necessidade de substituição de equipamentos na agricultura, e em todas as áreas era preciso assistência técnica de *experts*, replicando a mesma direção do Ponto IV. Em nenhum momento, ele se refere a desenvolvimento ou à industrialização.

As atas de reuniões expõem que havia também uma preocupação sobre a criação da CEPAL representar uma disputa com os trabalhos OEA, conhecida instituição internacional de ideias conservadoras. Em grande medida, a CEPAL concorreria com o que era até então definido como “as políticas para os países latino-americanos” pela OEA¹⁴.

Na sua origem, a CEPAL era constituída pelos 20 países latino-americanos, pelos Estados Unidos e três países europeus que tinham “posses” na região: Inglaterra, França e Holanda. A CEPAL apresentava, portanto, um âmbito maior de atuação do que a OEA, composta por 21 governos americanos¹⁵.

¹² Estas ideias não eram incomuns. Nota-se que Rosenstein-Rodan discutiu algo similar para os países atrasados da Europa. Ver: Rosenstein-Rodan (1943).

¹³ O aspecto da dependência cultural como importante fator do subdesenvolvimento, sobretudo, é conhecido por ser trabalhado por Furtado. Ver, por exemplo, Furtado (1974).

¹⁴ Ver: http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp.

¹⁵ E, além disso, ao contrário da OEA, ao longo da sua história, a CEPAL “conseguiu evitar uma dispersão desnecessária das suas atividades e alcançou amplamente seu objetivo de ser considerada a porta-voz autorizada do desenvolvimento econômico latino-americano” (HIRSCHMAN, 1967, p. 18).

Owen, porém, amenizou este problema ao afirmar que a CEPAL não teria dificuldades para construir uma relação com a OEA porque isso seria mutuamente benéfico para as instituições. Nas diretrizes da criação da CEPAL, já estava, inclusive, determinado que ela atuaria em cooperação com organismos internacionais como a própria OEA, além do FMI¹⁶, entre outros.

Em carta lida na sessão inaugural da CEPAL, o FMI informava que tinha 18 países latino-americanos entre seus membros e mencionava o seu entendimento sobre a constituição da CEPAL, afirmando que ela foi criada para lidar com problemas econômicos que em grande medida diziam respeito à natureza monetária¹⁷.

Deve-se ressaltar que entender os problemas econômicos como de natureza monetária provém de uma visão da teoria neoclássica, que elimina a política do centro do debate econômico e coloca a macroeconomia como uma decisão puramente técnica e capaz de resolver os problemas econômicos de um país, alçando muitas vezes a inflação como o principal “mal” a ser combatido.

As atas dessas reuniões, no fundo, mostravam que havia uma tentativa de controle e de associação dos trabalhos da CEPAL com outras organizações internacionais sob comando dos Estados Unidos. Isso também se evidenciaria em outro documento, a ata de uma reunião do grupo de trabalho que fez o regulamento da Comissão, de junho de 1948. Neste documento, constava entre as obrigações da CEPAL submeter ao Conselho que a criou todas as suas atividades que poderiam ter repercussão mundial. Nos artigos que determinavam suas obrigações, estabelecia-se ainda que ela deveria chamar todos os membros da ONU que não pertenciam à Comissão, em caráter consultivo, para participar de todos os debates que estes tivessem interesse. O convite obrigatório se estenderia a representantes de “organismos especializados” para assistirem às suas reuniões e participar, sem direito a voto, de suas deliberações. A Comissão também poderia chamar, como observadores, organizações intergovernamentais para suas reuniões¹⁸. O Conselho Interamericano Econômico e Social, de maneira específica, deveria obrigatoriamente ser convidado para que designasse um representante para assistir às reuniões em caráter consultivo. Assim como os temas das sessões da Cepal poderiam inclusive

¹⁶ Ver: IMF. *Statement to the Economic Commission for Latin America on the work of International Monetary Fund in Latin American countries*, de 15-06-1948. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/14201>. Acesso em 24 de fevereiro de 2022.

¹⁸ Ver: *Informe del comite de reglamento*, de 21-06-1948. Disponível em http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/14866/S4800439_es.pdf?sequence=119&isAllowed=y. Acesso em 24 de fevereiro de 2022.

ser propostos diretamente por este Conselho ou até mesmo por um organismo extragovernamental. Vale mencionar que o Conselho Interamericano Econômico e Social era um órgão da OEA¹⁹.

Uma entrevista feita por David Pollock com Raúl Prebisch sobre este período inicial complementa essa ideia de controle que havia sobre a CEPAL. Prebisch relatou que quando foi chamado para participar do primeiro estudo sobre a América Latina, tendo este sido enviado para o escritório da ONU em Nova York, houve retorno dizendo que o documento era bom, mas tratava de desenvolvimento, industrialização, termos de troca, entre outros temas que a ONU entendia que não deveriam ser tratados pela CEPAL. Foi então recomendado a Cabañas que Prebisch assinasse o documento como introdução do estudo de modo a responsabilização não recair sobre a organização, mas sobre o autor (POLLOCK et al., 2001).

A tentativa de fechamento da “incômoda” Comissão

Apesar da criação de uma espécie de “aparato” de controle sobre a CEPAL e a tentativa de forçar uma complementaridade entre os trabalhos desta organização com outras instituições internacionais, seguindo uma linha teórica ortodoxa, ela causaria desconforto no governo norte-americano principalmente após Prebisch assumir o seu comando em substituição a Cabañas, de modo que os Estados Unidos trabalhariam intensamente pelo seu fechamento já em 1951.

Prebisch, ao defender a autonomia da CEPAL, “transformara a instituição em um caso *sui generis* nas Nações Unidas, um precedente que não podia deixar de suscitar preocupação em certas esferas de poder” (FURTADO, 1985, p. 109). Como, ainda, destacou Furtado (1985, p. 108), “se a CEPAL era indesejável de nascença, passava a ser perigosa sob uma liderança de crescente influência nas esferas políticas e intelectuais da região”. Além disso, Furtado ressaltava que

A CEPAL era vista como uma instituição que atropelava a Organização dos Estados Americanos, de docilidade comprovada, localizada em Washington [...]. Por que desviar para as Nações Unidas, essa arena tão menos segura, assuntos que vinham sendo tratados com êxito no âmbito pan-americano? Essa a razão pela qual o governo de Washington empenhara-se em evitar a criação da Cepal, abstivera-se no momento da votação e fazia agora *démarches* para liquidá-la (FURTADO, 1985, p. 106-107).

¹⁹ Ver: ALZAMORA, C. T. *Speech by the head of the delegation of the Inter-american Economic and Social Council*, de 15-06-1948. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/14209>. Acesso em 24 de fevereiro de 2022.

Schlesinger (2004) contribuiu para o entendimento desse período histórico ao reproduzir a opinião do então senador dos Estados Unidos, Nelson Rockefeller, que era da delegação norte-americana na ONU, que dizia haver marxistas na América Latina. Um dos principais problemas, na visão dos Estados Unidos, era a Argentina, comandada por Juan Perón a partir de 1946, que anteriormente, na Segunda Guerra Mundial, embora se declarasse neutra, foi considerada pelos norte-americanos como pró-nazismo.

Em 1951, na chamada “Conferência do México”, o Departamento de Estado dos Estados Unidos queria “solucionar” definitivamente o problema que entendia ser a CEPAL com uma recomendação na reunião no sentido de dar por concluído o seu trabalho. O governo norte-americano se apoiava em uma questão legal para isso: o ato de criação da CEPAL, em 1948, previa uma decisão ratificadora três anos depois. Os Estados Unidos tentaram fazê-la valer. O governo norte-americano trabalhou intensamente nos bastidores para que a Comissão fosse fechada, tendo influenciado o discurso do Panamá principalmente nesta direção (FURTADO, 1985).

Furtado credita o fato de o encerramento das atividades da Comissão não ter ocorrido ao membro da delegação brasileira naquela reunião, Miguel Osório, que teria feito elogios e defendido o papel da CEPAL, sendo respaldado pelo então presidente Getúlio Vargas. Os Estados Unidos teriam recuado sobre a liquidação da instituição para não criar problemas com Vargas. “Se os latino-americanos se unissem, os norte-americanos recuariam, pois não lhes convinha uma confrontação aberta” (FURTADO, 1985, p. 115).

Apesar de ter recuado naquela reunião, o governo norte-americano buscava outros caminhos para liquidar a CEPAL. Furtado relatou, por exemplo, um episódio ocorrido com o economista mexicano Juan Noyola Vázquez que não muito tempo depois de chegar a Santiago lhe disse: “Não creio que fique muito tempo na Cepal [...]. A guerra fria está invadindo esta casa e isso interferirá em nossa liberdade de trabalho” (FURTADO, 1985, p. 127).

A embaixada norte-americana chegou a fotografar Noyola na residência do escritor Pablo Neruda e fez uma “démarche discreta junto à direção da Cepal,

considerando inadequado que um funcionário das Nações Unidas visitasse um líder comunista” (FURTADO, 1985, p. 127).

As oposições da CEPAL à teorização ortodoxa

O incômodo dos Estados Unidos certamente tinha a ver com a influência da CEPAL a ponto de o diagnóstico e as recomendações da Comissão logo se irradiarem por diversos governos da América Latina.

Os trabalhos da CEPAL entre o fim dos anos 1940 e início dos anos 1950²⁰ estabeleciam os fundamentos do estruturalismo latino-americano, contrapondo-se a ideias do *mainstream economics* que prevaleciam como pensamento predominante nas instituições multilaterais, criadas no pós-guerra. Além de uma interpretação teórica distinta, com críticas ao liberalismo e à teoria das vantagens comparativas, a Comissão sugeria caminhos completamente diferentes para a região no sentido da superação do subdesenvolvimento.

A CEPAL identificou, principalmente, quatro características estruturais do subdesenvolvimento latino-americano, trazendo um diagnóstico sobre os principais problemas da região: 1) a relação centro-periferia; 2) a especificidade e a necessidade da industrialização periférica; 3) a deterioração dos termos de troca no comércio internacional; e 4) o enfoque estruturalista da inflação (RODRÍGUEZ, 1981).

A relação centro-periferia como modo de ser do capitalismo surgiu de uma observação de dados estatísticos do comércio internacional por Prebisch, por meio dos quais ele mostrou que os países de produção primária não eram favorecidos e quase não colhiam benefício do progresso técnico dos países centrais. Portanto, ele revelava que existiam falhas na economia neoclássica, na defesa do livre comércio, em dar um caráter geral a algo que era circunscrito.

Prebisch não foi o único a perceber esse processo. Hans Singer, economista da ONU, em Nova York, chegou a conclusões semelhantes à mesma época (SINGER, 1950). Por conta da constatação de ambos os autores, a tese sobre os efeitos desiguais do comércio internacional ficou conhecida como a tese “Prebisch-Singer”.

²⁰ Ver, principalmente, Prebisch ([1949] 2000).

A escola neoclássica, dominante nas demais instituições multilaterais, deve-se ressaltar, entendia que o progresso técnico, mesmo que ficasse concentrado em alguns países, teria seus frutos distribuídos equitativamente por todo o globo. Era como se este fosse um bem público. A ideia por trás dessa concepção era que quando aumentasse o progresso técnico nos centrais, em razão da indústria que possuíam, esses países comprariam mais matérias-primas dos países periféricos. Ao comprar mais matérias-primas, aumentariam a demanda por bens primários e isso refletiria em subida dos preços dos primários, uma vez que haveria uma demora entre a demanda e a produção de itens que dependem de um ciclo agrícola para produção e colheita. Em outras palavras, haveria mais demanda em relação a uma oferta restrita, logo, os preços dos primários cresceriam. Os periféricos, apesar de não desenvolverem a tecnologia, teriam, assim, acesso aos frutos do aumento do progresso técnico ocorrido nos centrais pelos preços mais favoráveis de seus produtos primários. Da mesma forma, os produtos industriais, que recebiam mais tecnologia e que eram do interesse dos países periféricos, teriam seus preços reduzidos porque o progresso técnico reduziria o custo de produção para o capitalista e este supostamente o repassaria para os preços.

Kay (1989) resumiu a teoria neoclássica do comércio internacional com a qual Prebisch discordava em duas questões centrais: 1) haveria um mútuo benefício das vantagens comparativas; e 2) redução da distância entre centro e periferia porque, através do comércio internacional, ocorreria mobilidade de trabalho, capital e produto, o que equalizaria os preços e distribuiria as vantagens do progresso técnico de forma igual entre os países.

Prebisch ([1949] 2000) mostrou algumas das falácias dessa interpretação ao partir da análise dos ciclos econômicos²¹, por entender que havia uma permanência da deterioração dos termos de troca para a periferia ao longo dos anos. Em dados históricos do comércio internacional, isso significava uma perda na relação internacional pelo lado da periferia e um constante ganho por parte dos países centrais.

De 1870 até a Segunda Guerra Mundial, a tendência da relação de preços no comércio internacional se moveu de forma contrária aos interesses da periferia. Isso ocorria porque na hora que o país central incorporava progresso técnico, no momento de expansão do ciclo econômico, ele subia o preço da mercadoria na qual foi

²¹ Ressalta-se que as ideias de ciclos econômicos também já faziam parte da interpretação de Prebisch entre os anos 1920 e 1930, ainda que restrito ao entendimento da Argentina (O'CONNELL, 2001).

incorporado o progresso técnico e não o reduzia, mesmo que isso tivesse resultado em um grande ganho de produtividade. Na prática, aliás, na fase ascendente do ciclo, subia-se o preço, porque o empresário, dono do progresso técnico, queria ter lucro sempre de maneira ampliada. E a taxa de lucro crescia em proporção até maior do que o ganho de produtividade que a nova produção (que tinha seus custos de produção reduzidos) trazia. Prebisch observou que havia um aumento da renda proveniente do lucro na fase ascendente nos países centrais e que não havia redução desta na fase descendente dos ciclos.

Na fase descendente, a periferia perdia ainda mais. Isso porque nos países centrais havia uma resistência dos trabalhadores à redução de salário no período de contração do ciclo. Assim, essa pressão toda se deslocava para a periferia. Nesta, havia uma grande massa de trabalhadores agrícolas dispersa e um substancial volume de força de trabalho desempregada, que não conseguia fazer pressão para o aumento de salários reais.

A industrialização seria a maneira de a periferia latino-americana se livrar desse processo desfavorável no comércio internacional, e por isso uma das principais defesas da CEPAL seria a industrialização nacional, dirigida pelo Estado, voltada ao mercado interno²², o que receberia a denominação “desenvolvimento *hacia adentro*”. Neste contexto, entrava o modelo de substituição de importações (em vigor na região pelo menos desde os anos 1930) e sua teorização pela CEPAL²³. Com essas transformações, esses países abandonariam as características de economias primário-exportadoras, ou seja, caracterizadas pelo “desenvolvimento *hacia afuera*”.

Hirschman (1967), de modo sintético, entendeu que a CEPAL apresentava uma resposta ao atraso latino-americano, mostrando que ele se devia ao sistema de comércio internacional e às doutrinas de livre comércio. E a solução proposta para sair dessa situação seria corrigir os problemas do comércio internacional por meio de intervenção deliberada do Estado, com promoção da industrialização com o protecionismo. Para isso, era necessário o planejamento, tema que entrou mais detidamente na agenda da CEPAL em 1953²⁴.

²² Podem ser entendidas como influências para Prebisch, nem sempre reconhecidas por ele, os trabalhos de List ([1841] 1983) e Manoilescu ([1929] 1931). Ainda que com algumas diferenças, esses autores ressaltavam a importância da industrialização de países tardios e a necessidade de proteção do Estado ao setor industrial.

²³ Prebisch (1987), em texto publicado postumamente, também reforçou que havia elaborado uma teoria para justificar a industrialização que já estava em curso por grandes países da América Latina e que buscava com essa teorização proporcionar razões para que os demais países seguissem o mesmo caminho.

²⁴ Ver: CEPAL ([1953] 2000).

Na verdade, mais do que foi formulado por Hirschman (1967), as ideias de Prebisch e da CEPAL debatiam uma definição do subdesenvolvimento latino-americano, atentavam a algumas de suas especificidades, não captadas por teorias gerais do crescimento econômico em voga em estudos de corte neoclássico. A CEPAL percebeu que o subdesenvolvimento estava ligado à dominação e à dependência expressas pela relação centro-periferia, que era representativa do desequilíbrio do desenvolvimento do sistema capitalista.

A posição subordinada da periferia no comércio internacional era uma das suas evidências, com efeitos importantes sobre a sua industrialização por substituição de importações, tornando-a bastante restrita. A forma de se libertar da posição de dependência, de acordo com a CEPAL, se dava pela industrialização nacional com maior ênfase na substituição de importação do setor de bens de capital e incorporação e avanço do progresso técnico - questões que não poderiam ocorrer sem um papel fundamental desempenhado pelo Estado Nacional, entendido nesta teorização como responsável pela coordenação dos meios e dos fins do desenvolvimento nacional.

A CEPAL constatou, ainda, que vários países da América Latina, como Brasil, Argentina e Chile, que mais avançavam na industrialização na região, também registravam na década de 1950 altas taxas de inflação, como fator derivado dos seus problemas estruturais não resolvidos. Assim, a inflação passou a ser tema dos trabalhos da primeira década da CEPAL, estudada, principalmente, por Vásquez ([1956] 2000) e Sunkel ([1958] 2000). Os seus estudos mostraram, em contraposição ao *mainstream*, que as causas da inflação na América Latina eram, sobretudo, estruturais e não monetária, travando um debate com teorias que tinham as ideias do monetarista Milton Friedman²⁵ como válidas para a análise da América Latina. Prebisch se decidiu pelo enfoque estruturalista da inflação nos anos 1960, quando publicou “O falso dilema entre desenvolvimento econômico e estabilidade monetária”²⁶.

A inflação estrutural relacionava-se, em linhas gerais, a deficiências na estrutura produtiva latino-americana, ou seja, à baixa capacidade produtiva da indústria em diferentes setores, que em uma situação de expansão econômica (e/ou de desvalorização cambial) rapidamente gerava remarcação de preços por parte dos capitalistas. Além disso, estavam inclusos os problemas relativos à dependência

²⁵ Recomenda-se Friedman (1969) como um livro que bem sintetiza as ideias do autor sobre causas e consequências da inflação.

²⁶ Ver: Prebisch (1961).

externa na compra de máquinas e equipamentos, o avanço de setores oligopolistas, com poder de determinação de preços, e a fragilidade da agricultura latino-americana, de modo que sua produção de alimentos pudesse acompanhar o ritmo de crescimento da industrialização sem aumento dos preços da cesta básica, conforme discutido por Vásquez ([1956] 2000) e Sunkel ([1958] 2000).

Dentro da interpretação cepalina, havia dois aspectos principais da inflação: as pressões inflacionárias estruturais e os mecanismos de propagação da inflação. Isso poderia ser diferente em cada país. Vásquez foi o autor que tratou da inflação no México e no Chile nestes termos e Sunkel, mais detidamente no Chile.

Algumas críticas à teorização da CEPAL, a partir de Rodríguez

Alguns autores neoclássicos se contrapuseram à CEPAL, o que era esperado. Os ataques vieram de pessoas como Jacob Viner, da Universidade de Princeton, e Gottfried Haberler, da Universidade de Harvard, e no Brasil, de Eugênio Gudín²⁷. Mas houve também críticas à CEPAL de autores do campo heterodoxo, o que incluía a abordagem de Rodríguez (1981)²⁸. Apesar de ele não ter sido o único autor heterodoxo a criticá-la, excederia o foco deste artigo discutir todas as abordagens. A crítica de Rodríguez chama bastante a atenção e se justifica como uma das mais importantes por ser proveniente de um dos membros do quadro de funcionários da própria CEPAL.

No livro *Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL*, Rodríguez (1981) colocou como um dos pontos de sua crítica a suposta ausência de lutas de classes na teorização cepalina. Em um trecho, destacou que

ao colocar toda a ênfase na esfera da produção de bens e serviços, [a Cepal não examina] ou, com mais propriedade, só [examina] de forma tangencial e superficial – as relações sociais que estão na base do

²⁷ Viner entendia encontrar nos estudos da CEPAL uma opinião dogmática que relacionava agricultura com pobreza e leis de tendências que não existiam. Haberler, entre outros aspectos, questionava a veracidade dos dados usados por Prebisch e a deterioração de preços dos produtos primários enquanto uma tendência de longo prazo de fato. Também duvidava que os benefícios do progresso técnico do centro eram bloqueados na periferia (CARDOSO, 1980). No Brasil, Gudín identificava-se com o pensamento de Viner e Haberler e encontrou nesses autores o suporte teórico ideal para defender seu ponto de vista no debate brasileiro dos anos 1940 e 1950, isto é, posicionar-se contrariamente às políticas econômicas de apoio à industrialização. Gudín defendia o liberalismo econômico e a teoria ricardiana das vantagens comparativas, cabendo ao Brasil uma vocação agrária²⁷. Gudín teria se apoiado em Viner e em Haberler para sustentar também, conforme destacado por Bielschowsky (2004), o livre cambismo em países subdesenvolvidos. O julgamento de Gudín sobre o pensamento da CEPAL chegava ao ponto de destacar que a Comissão promovia o risco de um socialismo burocrático ao defender a intervenção do Estado, a natureza estrutural da inflação e o protecionismo. De maneira bastante equivocada, Gudín dizia que ela pouco tratava da necessidade da formação de capital e de ampliação da produtividade²⁷ (CARDOSO, 1980).

²⁸ Sobre outras críticas, para além da feita por Rodríguez, que é objeto deste artigo, recomenda-se a leitura de Jurgenfeld (2018).

processo de industrialização da periferia e das transformações estruturais que ele traz consigo (RODRÍGUEZ, 1981, p. 21).

Para Rodríguez, o problema residia no fato de que era possível verificar uma tentativa de conciliação de interesses pela teoria da CEPAL. Deste modo, na sua concepção, a interpretação da CEPAL tinha:

[...] um cunho policlassista, pois [pretendia] resguardar os interesses das camadas médias, dos setores operários e, de um modo geral, dos amplos grupos despossuídos, baseando-se na absorção econômica e na integração social que supostamente estes vão conseguindo com a industrialização deliberada. Ao que tudo indica, [enfocava] as relações sociais a partir de uma ótica específica, coincidente, nas suas grandes linhas, com a de estamentos ligados ao aparato do Estado: [propunha] ampliação das suas funções e do grau da sua intervenção, e [pretendia] que ele [fosse] capaz de conciliar os interesses dos distintos grupos e classes, privilegiando os da nação em seu conjunto (RODRÍGUEZ, 1981, p. 23).

Rodríguez chegaria ao cerne de sua crítica ao dizer que a teoria cepalina, ao supostamente não levar em consideração as relações sociais, tinha um pressuposto ideológico:

Já se indicou que o pensamento cepalino não tem em conta as relações sociais, ou só as examina de forma lateral ou superficial. Agora é possível afirmar, com maior precisão, que essa limitação está vinculada ao caráter ideológico desse pensamento, pois se não abrange as relações sociais, isto se deve a que, implicitamente, estabelece pressupostos de cunho ideológico a seu respeito. [...] esse pensamento [da CEPAL] postula ideologicamente a reprodução de relações capitalistas de produção nas formações sociais definidas como periféricas, e que o faz sem reconhecer a existência de uma relação básica de exploração entre capital e trabalho, nem o caráter antagônico que ele imprime ao conjunto das relações sociais. (RODRÍGUEZ, 1981, p. 23-24).

Deste modo, ele entenderia haver similaridades entre a CEPAL e a teoria neoclássica ao ressaltar “que, ainda que o pensamento da Cepal alterasse significativamente os pressupostos da economia convencional, oferecendo uma interpretação *sui generis* do subdesenvolvimento, não [superaria] os marcos da citada economia, aos quais, na verdade, se [circunscreveria]” (RODRÍGUEZ, 1981, p. 24).

Além disso, para este autor, o Estado, na teoria da CEPAL, seria uma entidade externa ao sistema socioeconômico, “capaz de apreendê-lo de forma consciente e de

imprimir-lhe uma racionalidade que, por si só, ele não [possuía]” (RODRÍGUEZ, 1981, p. 24).

Discordâncias de Prebisch frente às críticas recebidas

Prebisch procurou dar “respostas”, como uma trépica, em alguns textos às críticas que ele e a CEPAL receberam. Um dos mais interessantes desses escritos foi justamente o prefácio à própria obra de Rodríguez (1981). Prebisch (1981), com razão, posicionou-se contrário à crítica de Rodríguez em vários termos.

Primeiramente, é preciso destacar a discordância de Prebisch sobre a alegação de que as ideias da CEPAL seriam uma ideologia vinculada a determinados interesses. Sobre isso, Prebisch ressaltou não concordar com Rodríguez da seguinte forma:

[...] Não compartilho essa suspeita doutrinária de nosso amigo. É certo que a industrialização é feita pelos homens e que ela permite que muitos deles prosperem além daquilo que lhes corresponderia pelo seu esforço devido à abusiva proteção que geralmente lhes tem sido outorgada. Mas isto não significa que, ao preconizar a industrialização, nosso objetivo tenha sido a prosperidade daqueles. Esta prosperidade veio por complemento. E se Octavio Rodríguez recordar aquele trabalho de 1963, verá que ali se busca aumentar a acumulação e acelerar o ritmo de crescimento às custas dessa prosperidade francamente exagerada (PREBISCH, 1981, p. 11).

Na opinião de Prebisch, defender a industrialização nacional não significava proteger o interesse da burguesia industrial, mas favorecer o objetivo do desenvolvimento nacional, em prol da sociedade em seu conjunto, uma vez que se constatava que a industrialização nacional possuía elementos dinâmicos que a produção primária não tinha, podendo contribuir para uma maior autonomia desses países em relação ao centro.

Como exposto no trecho acima, Prebisch entendia que o desenvolvimento se faria retirando parte da prosperidade da burguesia, no sentido de melhorar a relação capital/trabalho em favor do trabalhador, pela redistribuição de renda. Neste caso, não se poderia dizer que nesta teorização não eram discutidas as relações sociais desses países.

Para que houvesse essa direção do desenvolvimento, a industrialização teria que ser uma política deliberada, com importante papel desempenhado pelo Estado Nacional, sobretudo na fase em que havia perda de ritmo na substituição de importações, sendo necessário avançar para criação de um setor de bens de capital robusto.

Pela concepção da CEPAL e de Prebisch, o Estado, a partir do planejamento, definiria a política de desenvolvimento nacional como prioridade política, estabelecendo os meios mais adequados para tal fim, construindo uma ordem institucional. Tal aspecto também se relacionava com a “natureza da acumulação”.

A CEPAL tinha a interpretação de que a acumulação deveria se dar pelo investimento na industrialização sob coordenação do Estado Nacional, para que o excedente social produzido na periferia fosse apropriado pela periferia (e não pelo centro) e usado para uma menor desigualdade na relação entre capital e trabalho, tendo como fim o desenvolvimento nacional.

Prebisch (1981) também respondeu a Rodríguez (o que serviu também a outros críticos²⁹) sobre a suposta influência neoclássica nos escritos originários da Comissão. Sobre isso, ele discordou da seguinte forma:

A propósito, Octavio Rodríguez afirma que essa insistência na acumulação revela certa influência neoclássica nos nossos primeiros escritos. Eu achava que nesta época havia deixado de lado os ensinamentos dessas teorias. Não era essa a opinião do professor Rodríguez. Seja como for, se ele tivesse razão, eu estaria na histórica companhia de Lenin, que tanta ênfase colocou na acumulação. A outro coube realizá-la com muita dureza na União Soviética!³⁰ (PREBISCH, 1981, p. 9-10).

Prebisch ainda argumentou que a concepção da CEPAL ultrapassaria o âmbito da teoria econômica. Tratava do “desenvolvimento periférico como um complexo fenômeno de caráter dinâmico que abarca elementos técnicos, econômicos, sociais, políticos e culturais” (PREBISCH, 1981, p. 10).

Prebisch fazia críticas ao capitalismo e destacava as suas inúmeras contradições, sobretudo na periferia. Ele ressaltava, por exemplo, que a CEPAL mostrou, pela relação centro-periferia, que o capitalismo, ao expandir-se, não trazia o

²⁹ Oliveira (1972 [2013]), por exemplo, também a chamou de neoclássica.

³⁰ Furtado enfatizou entender a CEPAL como voz contrária aos pressupostos neoclássicos: “Que se haja, na América Latina, escapado à camisa de força do pensamento ortodoxo em economia, em uma época em que esse pensamento alcançava o seu maior prestígio, é fato que merece registro. Graças a isso ganhou-se, na região, um considerável avanço nos estudos do desenvolvimento, e o pensamento latino-americano desfruta hoje de posição privilegiada não só no conjunto dos países do Terceiro Mundo mas também nos próprios centros universitários que antes pretendiam impor-nos sua ortodoxia” (FURTADO, 1976, p. 126).

desenvolvimento também da periferia, não conduzia naturalmente a uma industrialização voltada aos interesses nacionais daquelas áreas, não levava à equidade social espontaneamente e que era preciso intervir, pelas vias do Estado, para que isso pudesse ocorrer³¹.

Considerações Finais

Apesar da tentativa de controle sobre a CEPAL originária pelo imperialismo norte-americano, ela trouxe contribuições importantes que não se associavam às interpretações do *mainstream economics* e que a distanciavam dos objetivos políticos sob os quais ela havia sido criada pela ONU.

Sua teorização, de enfrentamento às ideias vigentes, entretanto, como discutido neste artigo, não ficou isenta de críticas, inclusive de membros da própria Comissão. As críticas do *mainstream* não foram as mais preocupantes, porque eram esperadas, uma vez que a desqualificavam justamente por verificarem na CEPAL uma oposição importante às suas ideias. As mais relevantes foram as críticas vindas de outros autores que seriam do próprio campo crítico, os chamados heterodoxos.

As críticas de Rodríguez foram destacadas neste artigo e resumidamente expressas em 5 pontos principais: i) A CEPAL não se baseava nas lutas de classes internas dos países periféricos; ii) A CEPAL defendia uma classe específica, que era a burguesia industrial; iii) A sua teoria seria uma ideologia; iv) A Comissão se circunscrevia a pressupostos da teoria neoclássica; e V) havia um papel incorreto dado pela Comissão ao Estado.

Conclui-se que essas críticas ignoraram o entendimento da dinâmica do capitalismo como dependência e dominação expressas pela relação centro-periferia, justamente sendo esta uma relação de poder internacional, que exercia preponderância na manutenção e aprofundamento da desigualdade social e econômica entre nações.

As críticas de Rodríguez desprezaram também a preocupação da desigualdade interna da América Latina. A Comissão não pode ser julgada como tendo ignorado a luta de classes interna. Ela criticou o poder do latifúndio e mencionava em seus

³¹ Apesar das desigualdades entre as nações, a CEPAL não desenvolveu uma tese sobre o imperialismo, mas o mesmo não pode ser descartado de sua análise, uma vez que a relação centro-periferia caracterizaria uma relação de dominação dos países desenvolvidos (os industrializados do centro do sistema) sobre os atrasados (os periféricos e, na maioria, agrícolas). Furtado (1991) chegou a citar essa temática do imperialismo e sua relação com a ideia de centro-periferia. Isso também apareceu em entrevista de Furtado, quando caracterizou a relação centro-periferia da seguinte forma: "digamos que era uma descrição do imperialismo com outro nome" (FURTADO *apud* MALLORQUÍN, 1995, p. 98).

estudos a necessidade de Reforma Agrária e da transformação da estrutura econômica desses países a partir de uma industrialização voltada ao desenvolvimento nacional, de modo a melhorar as condições de vida da população da América Latina em geral.

A teorização da CEPAL, nesses termos, levava em conta a relação capital/trabalho, e determinantes do subdesenvolvimento internos e externos expressos pelas relações sociais. Além disso, entendia que os benefícios da industrialização não seriam circunscritos a uma única classe, mas se espraariam pela sociedade.

Os textos “clássicos” da CEPAL expressaram uma preocupação com as especificidades do capitalismo na periferia e de seus efeitos sobre o subdesenvolvimento latino-americano, entendendo-o não como uma etapa, mas uma estrutura social, constituída historicamente, interpretação que em nada se assemelhava ao arcabouço teórico do *mainstream economics*, este sim totalmente desposado de uma teoria que levasse em conta a história e as especificidades sociais desta região. Pode ser entendido como um importante reducionismo da crítica compreender que a CEPAL se enquadrou no eixo da teoria neoclássica, apesar de toda uma discussão história e estrutural latino-americana inaugurada por ela.

Também neste ponto de distanciamento da ortodoxia, deve-se levar em conta a importância da teoria estruturalista sobre a inflação, que se opôs aos cânones do monetarismo e que foi de fundamental importância para um debate mais arejado sobre o tema.

Em relação ao papel do Estado, é preciso compreender que naquele momento histórico do pós-guerra havia o estabelecimento de governos da socialdemocracia, sobretudo na Europa Ocidental, dando margem a estabelecer possibilidades de governos de coalizão de interesses do mesmo tipo também na América Latina, sem que com isso se excluísse necessariamente da análise a luta de classes interna.

Tentar desqualificar a teoria cepalina por ser supostamente ideológica como se outras teorias não o fossem e como se ter ideologia fosse um problema, supostamente almejando uma teorização neutra, isto sim se assemelha a uma ideia conservadora do próprio crítico.

REFERÊNCIAS

- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BLOCK, F. L. **Las Orígenes del desorden económico internacional: la política monetária internacional de los Estados Unidos, desde la segunda Guerra Mundial hasta nuestros días**. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.
- CARDOSO, F. H. **As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes/co-edição Cebrap, 1980.
- CEPAL. (1953) Introdução à técnica de planejamento, 2000. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000, Vol. I.
- FRIEDMAN, M. **Inflação: suas causas e consequências**. Editora Expressão e Cultura, 1969.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, C. **A Fantasia organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HIRSCHMAN, A. Ideologias do desenvolvimento econômico na América Latina. In: HIRSCHMAN, A. (Org.) **Monetarismo vs. Estruturalismo: um estudo sobre a América Latina**. Rio de Janeiro: Lidador, 1967.
- JURGENFELD, V. F. **Teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado: criatividade e contraposição a interpretações neoclássicas**. Tese de doutorado. IE/Unicamp. 2018.
Disponível em:
<http://acervus.unicamp.br/mobile/detalhe.asp?idioma=ptbr&acesso=web&codigo=1063964&tipo=1&detalhe=0&busca=0>.
- KAY, C. **Latin American theories of development and underdevelopment**. Londres, Nova York: Routledge, 1989.
- LIST, F. (1841) **Sistema nacional de economia política**. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- MALLORQUÍN, C. **O pensamento econômico latino-americano: entrevista de Celso Furtado a Carlos Mallorquín**. Novos Estudos Cebrap, n. 41, 1995.
- MANOILESCO, M. (1929) **Theoria do proteccionismo e da permuta internacional**. São Paulo: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, 1931.
- MELLO, J. M. C. (1982) **O capitalismo tardio**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

- O'CONNEL, A. O retorno da vulnerabilidade e as reflexões iniciais de Raúl Prebisch sobre "el ciclo económico argentino". **Revista Economia e Sociedade**, Campinas (16): 1-26, jun/2001.
- OLIVEIRA, F. (1972). **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- POLLOCK, D.; KERNER, D; LOVE, J. Raúl Prebisch on ECLAC's achievements and deficiencies: an unpublished interview. *Cepal Review*, 75, 2001.
- PREBISCH, R. 1949. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R (Orgs.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, Vol.1, 2000.
- PREBISCH, R. El falso dilema entre desarrollo económico y estabilidad monetaria. **Boletín Económico de América Latina**. Vol. VI, n.1, mar/1961.
- PREBISCH, R. Prefácio. In: RODRÍGUEZ, O. **Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- PREBISCH, R. Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo. **El Trimestre Económico**, México, v. 50, n. 198, 1987. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/2610>. Acesso em 24 de fevereiro de 2022.
- RIST, G. **The history of development: from Western origins to global faith**. London: Zed Books, 2008.
- RODRIGUES, C. H. L. **A questão do protecionismo no debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia/Unicamp, 2005.
- RODRÍGUEZ, O. **Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Forense-Universitaria, 1981.
- SCHLESINGER, C. S. **The act of creation: the founding of the United Nations**. EUA: Westview Press, 2004.
- SINGER, H. The distribution of gains between investing and Borrowing countries. **America Economic Review**, maio, 1950, 472-499 pp.
- SUNKEL, O. (1958) A inflação chilena: um enfoque heterodoxo. IN: BIELSCHOWSKY, R. (Orgs.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, Vol.1, 2000.
- VÁSQUEZ, J. N. (1956) Inflação e desenvolvimento econômico no Chile e no México. IN: BIELSCHOWSKY, R. (Orgs.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, Vol.1, 2000.
- WACHTEL, H. M. **Os mandarins do dinheiro: as origens da nova ordem econômica supranacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Vanessa Follmann Jurgenfeld – Concepção e elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 10-10-2022

Aprovado em: 16-09-2023